



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2023

Acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas, para fins de auditoria.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art.14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 12 com a seguinte redação:

“Art.14.....

.....

§ 12 No processo de votação e apuração das eleições, independentemente do meio empregado para o registro do voto, é obrigatória a expedição de cédulas físicas conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas, de forma automática, em urnas indevassáveis, para fins de auditoria. ”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.



SENADO FEDERAL

JUSTIFICAÇÃO

A referida Proposta tem o objetivo de garantir eleições verdadeiramente confiáveis, livres e justas, com maior transparência do sistema de urnas eletrônicas, a fim de assegurarmos que os rumos de nosso país, estados e municípios sejam comprovadamente determinados pela vontade do povo.

Por mais que tenhamos tecnologias avançadas e o Brasil seja referência mundial no desenvolvimento e uso da urna eletrônica, os sistemas são violáveis. Por isso, a adoção de sistemas eleitorais eletrônicos com voto impresso auditável tem se mostrado como indispensável evolução, por viabilizar maior transparência ao registro e contagem de votos, com comprovação de que a manifestação do eleitor será computada e com possibilidade de auditoria em caso de suspeita de fraude.

Levando-se em conta o salto qualitativo em termos de rapidez nas votações, apuração dos votos, e combate às fraudes mais comuns, a adoção da urna eletrônica e a informatização do processo eleitoral representou uma grande, admirável e muito bem-vinda evolução tecnológica. Entretanto, apesar dos evidentes benefícios, a evolução tecnológica potencializou sobremaneira a sofisticação e a abrangência de outros tipos de fraudes.

No modelo atual, não é descabido afirmar que a urna eletrônica estende o sigilo do voto desde a cabine de votação até a divulgação totalizada do resultado, ferindo o princípio da publicidade, pela quebra de transparência ao cidadão comum, e da legalidade, por violar mandamento constitucional.

Em tempos tranquilos, de estabilidade democrática, pode parecer exagero certas medidas de transparência, mas a exemplo das últimas eleições, em que temos trabalhado com margens cada vez mais apertadas entre ganhadores e perdedores no pleito, a transparência na fase de contagem é de suma importância para dar legitimidade ao processo eleitoral.

Trata-se de uma questão suprapardária! Todos no Parlamento são defensores da democracia e, como tais, não podemos permitir que parem dúvidas sobre um processo decisório vital para todos os brasileiros. Nosso



SENADO FEDERAL

povo não merece perder o direito de checar de forma eficiente se realmente a proclamação do resultado de uma eleição é aquele que está na urna.

Diante deste dado, não temos dúvidas quanto a pertinência dessa proposta e contamos com o apoio dos demais membros do Congresso Nacional para que possamos aprová-la o quanto antes.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO
REP/MG**